



## O DEVER POLÍTICO DO PSICÓLOGO: Uma análise do papel do Psicólogo na luta pelos direitos das minorias

SHINZATO, Caio<sup>1</sup>  
MONTEIRO, Jackson<sup>2</sup>

### RESUMO

A história no ocidente traz muitos exemplos de preconceitos vividos por classes minoritárias como os negros por exemplo, no qual viveram durante muito tempo como escravizados, e que mesmo após serem libertados, continuaram segregados e sofrendo de consequências até os dias atuais. Muitas lutas por direitos aconteceram para que fosse possível a liberdade que se tem hoje. Tendo em vista as injustiças vividas por negros, mulheres, a comunidade LGBTQIA+ e muitos outros grupos minoritários, este trabalho tem por objetivo analisar e explicar a relação entre o papel da Psicologia frente às lutas de minorias sob uma abordagem qualitativa utilizando célebres autores contemporâneos como Djamila Ribeiro, Angela Davis e Sidnei Nogueira destacando o compromisso do Psicólogo com as lutas sociais em prol de uma sociedade igualitária.

Palavras-chave: Psicologia. Política. Sociedade.

### ABSTRACT

History in the West brings many examples of prejudices experienced by minority classes such as black people, for example, who lived for a long time as slaves, and who, even after being freed, continued to be segregated and suffering from consequences to this day. Many struggles for rights took place to make the freedom we have today possible. Considering the injustices experienced by black people, women, the LGBTQIA+ community and many other minority groups, this work aims to analyze and explain the relationship between the role of Psychology in the face of minority struggles under a qualitative approach using famous contemporary authors such as Djamila Ribeiro, Angela Davis and Sidnei Nogueira highlighting the Psychologist's commitment to social struggles in favor of an egalitarian society.

Keywords: Psychology. Policy. Society.

### 1. INTRODUÇÃO

Este presente artigo busca trazer em tona a relação que a psicologia tem com a política e entender os processos que o psicólogo precisa saber para conseguir fazer o uso adequado de sua profissão em relação aos outros, em especial as minorias.

Cabe se ressaltar que ao afirmar que a psicologia é política, não significa que o psicólogo deve influenciar a decisão política de seus clientes, afinal, ele não pode fazer isto, muito menos significa que o psicólogo tenha o dever de se alinhar a certo partido político. Quando se diz que a psicologia é política, se refere a história de uma psicologia



que começou de forma elitista e no momento passa por uma transformação para luta de direitos humanos.

Deve-se lembrar que no Brasil houve grandes miscigenações e com isso, hoje em dia, se cria o mito de que não há racismo neste país (Nogueira, 2019). Por conta disto, é necessário apontar motivos de luta por direitos não apenas raciais, mas também religiosos, de gênero, sexuais, entre outras.

A luta de uma classe por um direito colabora para a conquista do direito de outra, um exemplo disto é o contado por Davis (2016) sobre a emancipação da mulher e do negro nos estados unidos. Segundo a autora, embora houvesse uma luta abolicionista, não se relacionavam ainda a relação com outras causas como a luta pelas mulheres e pela classe trabalhadora como minorias. Embora exista a relação entre as lutas por direitos, houve casos em que o movimento de um acaba atrapalhando o outro, como em certo momento a propaganda a favor do direito do voto das mulheres foi justificado como arma para combater a liberdade dos negros.

Mesmo que uma pessoa com características consideradas de valor (aqui podendo ser citado o sexo masculino e a pele branca como exemplo) tenha pensamentos morais positivos com as pessoas consideradas minorias, ela continua se beneficiando desta estrutura hierárquica e as vezes, mesmo que não se perceba, acaba compactuando com a segregação (Ribeiro, 2019)

A problemática do trabalho se dá pela maneira que o psicólogo deve se portar referente as pautas políticas, em específico em relação a minorias e grupos a margem da sociedade, tendo como hipótese de que o psicólogo deve estar de acordo com pautas progressistas que lutam pela emancipação de classes, pela necessidade de promover saúde a todos de maneira igualitária.

O presente artigo vem de uma necessidade da busca do profissional de psicologia lutar pelos direitos humanos, principalmente ao refletir sobre a realidade desigual que se encontra no Brasil, sendo necessário mais lutas antirracistas, antimachistas, anticapacitistas e antiLGBTfóbicas (CRP, 2024).

Para reforçar as questões abordadas, foram utilizadas as principais obras de autoras renomadas no tema de emancipação racial e de classes, como Djamilia Ribeiro e Angela Davis, que trazem em suas obras fatos históricos e questionamentos morais para se refletir, entender e questionar a situação social minoritária na atualidade.



O objetivo geral deste artigo é analisar a relação entre psicologia e política, sendo focado principalmente em lutas minoritárias e direitos humanos.

Os objetivos específicos se baseiam em explicar a história por trás da psicologia no Brasil; justificar as lutas minoritárias e seus contextos e apresentar os deveres do psicólogo em relação a estas lutas.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Material e métodos**

O presente artigo possui base qualitativa, e para adquirir conhecimento teórico sobre o tema foi realizado se utilizando de pesquisas através de livros didáticos e artigos científicos encontrados nas plataformas SciElo e Google Acadêmico.

### **2.2 História minoritária e preconceitos**

Ao longo de boa parte da história do Brasil e de diversos outros países, as leis eram utilizadas como instrumento de opressão e desigualdade contra povos colonizados. O preconceito que causou essas leis e que ainda possuem efeito na sociedade são caracterizados por julgamentos que precarizam um grupo e exaltam um outro, essas características são sustentadas pela ignorância, moralismo, conservadorismo e pelo poder político (Nogueira, 2019).

Segundo Ribeiro (2019), a sociedade escravista além de desumanizar o africano, chamando-o de escravo e não de escravizado (ser escravo impõe que o ser é assim de nascença, como se a natureza dele fosse essa. Ser escravizado demonstra a imposição desta posição por um outro), definiu o negro como uma raça e implicou um paralelismo entre o negro e uma posição de inferioridade.

Uma das formas de desumanização que ocorreu durante a escravidão foi a utilização das escravizadas como ferramentas de produção de mão de obra, sendo dela retirada o título de mães, gerando casos como na Califórnia do norte, onde um tribunal decidiu que as escravizadas não teriam direitos legais sobre seus filhos, permitindo assim, sua venda e separação de sua família (Davis, 2016).

Isto acaba se tornando o contrário após a abolição da escravidão, porém, ao invés de tentar explorar uma raça, tentava desta vez exterminar. Segundo Davis (2016), as mulheres negras e imigrantes eram colocadas com um dever moral de restringir o tamanho de suas famílias e incentivadas a optar pela esterilização, acontecendo casos em que a esterilização foi inclusive feita sem o consentimento das vítimas, como no caso das irmãs Relf no Alabama em 1973.

Ainda falando sobre desumanização, é possível também utilizar de exemplo a colonialidade, que se refere a estrutura de poder em que os colonizadores impuseram sobre os colonizados, este poder não era utilizado apenas como uma ferramenta de



destruição contra a vida, mas também contra a cultura, mudando radicalmente as tradições e costumes para aquele do colonizador que era visto com o “correto” a se seguir (Nogueira, 2019).

Esta colonialidade parte do pressuposto trazido direto da relação dominador e dominado, onde aquele que domina impõe uma superioridade sobre o outro, inclusive fazendo-o acreditar que o colonizador fez um ato benéfico trazendo qualidade de vida, sendo eles os civilizados, enquanto os colonizados sendo considerados selvagens (Nogueira, 2019).

Junto com o preconceito contra o negro, também é possível perceber a posição feminina de inferioridade, onde as mulheres eram vistas como apenas domésticas com funções maternas (um ponto a ser anotado aqui é que as mulheres negras durante o período de escravidão, embora não fossem tratadas como mães, mas como ferramentas de ampliação da mão de obra escrava, continuavam tendo funções maternas com aqueles que permaneciam no mesmo ambiente), existindo um período em que a mulher não tinha os mesmos direitos do homem, como o do voto por exemplo.

A visão de mundo patriarcal e machista em que as sociedades ocidentais cresceram, não foi criada de maneira orgânica como muito se pensa, mas sim, foi criada através de meios de dominação para reprimir o outro, principalmente quando se tratava de mulheres negras escravizadas, sendo feito uma imposição de dominação sobre a escravizada como pertencente de seu senhor de engenho, mas isto não era exclusivo da escravidão, sendo possível utilizar um exemplo de Davis:

No Vietnã, o comando militar dos Estados Unidos tomou o estupro ‘socialmente aceitável’; de fato, era uma política não escrita, mas clara. Ao encorajar jovens soldados a estuprar mulheres vietnamitas (as vezes, eram orientados a “revistar” mulheres “com o pênis”), forjou-se uma arma de terrorismo político em massa. (Davis, 2016, p.36)

Relacionando a posição feminina com o tema racial que foi mencionado anteriormente, Ribeiro (2019) diz sobre a posição de mulher negra em uma sociedade onde o homem hetero branco possui o poder, segundo a autora, a mulher negra apenas tinha a função de servir, seja na cozinha, ou na cama.

### 2.3 Emancipação minoritária

A emancipação minoritária é algo que acontece aos poucos através de lutas e busca por conhecimentos, principalmente em relação a história e sofrimento daquele que se torna vítima, perceber os preconceitos do outro e de si mesmo.

A recusa na aceitação do outro tal como é está minimamente ligada ao que chamamos de preconceito, ou seja, um conceito prévio sobre uma realidade conhecida apenas de forma superficial (Nogueira, 2019, p.41).



Dado esta fala de Sidnei Nogueira, é possível perceber que o preconceito não é algo inato e nem mesmo algo que o ser desenvolve de maneira solitária. O preconceito vem de um aprendizado herdado de uma relação social, podendo ser por exemplo, um preconceito aprendido por conceitos ouvidos por membros familiares que cresceram

em uma época em que se predominavam movimentos racistas. Desde o fim da escravidão, houve um grande movimento para se descobrir o que fazer com aqueles que não eram mais escravos, sendo feito uma eliminação social onde eles não tinham direitos a estudos, terras e qualquer coisa que proveria qualidade de vida. (Nogueira, 2019)

Nogueira (2019, apud Fanon, 1968) diz que a burguesia ocidental criou barreiras o suficiente para se poder viver sem medo de competir com aquele a quem explora. Isto demonstra a desigualdade em que se vive as classes minoritárias atualmente, onde é muito provável que aquele proveniente de uma classe baixa, continue no mesmo local, enquanto as classes mais altas continuam sendo dominadas pelas mesmas famílias, na qual chegaram a este posto comumente através da exploração do outro.

Com a luta das mulheres brancas contra a escravidão, elas lutavam a favor da própria inclusão na área política, sendo os dois movimentos importantes um para o crescimento do outro, mas o que não se pode negar é que dentro dessa luta por inclusão política em que as mulheres ainda eram vistas como inferiores aos homens, se destacava as mulheres negras que durante muito tempo foram tratadas como “homem” (Davis, 2019).

Angela Davis (2016) cita um discurso de Sojourner Truth (1797-1883) em uma convenção de mulheres em Ohio no ano de 1851, na qual os homens espalhavam mensagens sexistas dizendo que as mulheres não tinham forças nem para pular uma poça ou entrar em carruagens sem a ajuda de um homem, na qual Sojourner responde que nunca a ajudaram a pular poças e nem entrar em carruagens e questionando se ela seria uma mulher.

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (Davis, 2016, p.71)

Porém, mesmo com a luta das mulheres virem em conjunto com a luta abolicionista, houve casos em que uma luta foi usada para a queda de outra, como em 1867, onde Henry Blackwell proferiu um apelo as legislaturas dos estados do sul para garantir o voto das mulheres, pois desta forma haveria o potencial de combater o poder político da população negra (Davis, 2016)

Com as dificuldades das classes minoritárias de serem reconhecidas para além de suas estigmatizações, as causas acabam se conflitando pelos próprios preconceitos estruturados e que atrasam a emancipação, fazendo as lutas serem necessárias até na atualidade, em que embora as causas sejam mais reconhecidas, o preconceito ainda é visivelmente presente.



#### 2.4 A política em relação a minorias

Segundo Davis (2016), mesmo depois da abolição da escravidão, a população negra ainda sofria com os preconceitos de formas que ainda dificultavam a vida em uma sociedade, como a privação econômica e violência por gangues racistas que não se comparava nem mesmo a escravidão.

Embora pareça que esse movimento aconteceu a muito tempo, o racismo estrutural faz com que boa parte da população negra não tenha acesso a uma educação de qualidade, o que dificulta a obtenção de um trabalho digno, sendo um problema de oportunidade e não de capacidade (Ribeiro, 2019).

Esta falta de oportunidade acaba criando a romantização de situações de superação nas quais não deveriam acontecer. Quando se aparece nos jornais por exemplo que uma catadora de sucata que trabalha 15 horas por dia e come o mínimo para economizar, conseguiu entrar em uma faculdade, não é momento de admirar o esforço e muito menos é uma prova de que todos conseguem alcançar seus objetivos, mas sim, é hora de questionar em que ponto a sociedade errou para uma pessoa ter que se submeter a tais condições para conseguir estudar.

Nogueira (2019), sobre o conservadorismo, diz ser uma mentalidade sem possibilidades, onde a única coisa que se importa é estar certo e ter controle, essas certezas sendo consideradas únicas e não se importando com a vida alheia. Sobre isso é possível questionar o quão certo é uma certeza, se tratando de algo em que em determinados momentos acaba sendo seletivo e a favor de interesses específicos.

Porque na sociedade branca não se pode morrer, mas, paradoxalmente, pode se eleger, sem peso na consciência, quem e o que deve morrer e quem pode matar. (Nogueira, 2019, p.123)

Adentrando o tema de vida e morte, pode-se citar também o direito do aborto, em que Davis (2016) comenta não ser algo que todas as pessoas que recorrem, desejam. Segundo a autora, o aborto vem muitas vezes por condições sociais miseráveis, nas quais a mulher em determinadas ocasiões prefere o aborto para não colocar uma criança em um mundo de dor e sofrimento. Um exemplo disso pode ser dado até mesmo fora do contexto de aborto se for apresentado a história de Margaret Garner (1834-1858), uma escravizada fugitiva que ao ser capturada matou a própria filha e tentou se matar, ao lado de sua filha morta, ela dizia que sua filha nunca saberá o que uma mulher sofre como uma escrava, e implorava para ser sentenciada como assassina, pois preferia ir para a forca do que voltar para a escravidão.

Com esta história é possível refletir sobre diversos casos em que crianças são abusadas sexualmente e acabam engravidando, mulheres em situação de rua, pessoas baixa renda, entre outras questões que geram a dificuldade de produzir uma vida digna a uma criança. A pessoa que cresce tendo que racionar refeições, trabalhar desde a



infância para bancar o mínimo, não para viver, mas para sobreviver, teria ela a vida digna que se possa aproveitar? Ou seria ela apenas uma ferramenta de trabalho barata para as mãos de uma classe dominante?

## 2.5 A responsabilidade do psicólogo

Quando se trata de assuntos de lutas por qualidade de vida, direitos humanitários e a visibilidade de minorias, não cabe ao psicólogo apenas participar como um mero observador sem ter atos que ajudem essas classes. Um ato comumente visto como beneficente é a tolerância, mas, segundo Nogueira (2019), não é necessário tolerar a diversidade, pois a tolerância implica “suportar com indulgência”, além de colocar apenas uma relação de poder entre quem tolera sobre o tolerado, como se ele necessitasse deste consentimento de um superior, no qual da permissão como um ato de bondade. Ao invés de tolerar, se deve respeitar, pois o respeito vem por parte da aceitação do outro sem hierarquizar.

Além do respeito, deve-se reconhecer as lutas e seus motivos, assim dito por Ribeiro (2019) que na luta contra o racismo é necessário apontar atitudes racistas e colocar suas implicações, pois em uma sociedade onde o racismo está estruturado, ele está em todos, e por isso, perceber as opressões vindas de si, pois mesmo sendo contra o preconceito, ainda existirão atitudes preconceituosas.

É de extrema importância perceber os preconceitos em suas essências para não os tornar invisíveis. Por conta disto, frases como “não vejo cor” ou “para mim todo mundo é igual” não contribuem para nada, é preciso perceber que todos são diferentes e saber reconhecer essas diferenças, para assim conseguir ver o preconceito e com o que está sendo implicado (Ribeiro, 2019).

A constituição federal de 1988 ampara e direciona as possíveis práticas do Psicólogo em prol de ações políticas, sendo:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;



VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei. [...] (Brasil, 1988)

Dado a referência do artigo 5º da constituição de 1988, é preciso se notar que a política em que o psicólogo precisa lutar é com base nos direitos humanos e qualidade de vida independente de qualquer distinção e da opinião particular do profissional, afinal, o psicólogo tem o dever de promover a saúde e a qualidade de vida.

Um aspecto importante de se colocar em evidência, é que validar as lutas não é uma forma de ser participante dentro de um movimento. A validação traz o sentimento de inferioridade do grupo que é validado, as pessoas que lutam pelos movimentos que trazem respeito e valor a elas já sabem que elas merecem ter direitos, respeito, liberdade, reparação histórica ou o que for que esteja sendo buscado pelo grupo, e mesmo que não souberem, não adianta ser validado por uma pessoa enquanto a sociedade não dá a mesma validade.

Segundo Machado (2013), a subjetivação política deve ser analisada como uma reordenação das ordens de se existir no mundo. Mas para que as pessoas possam mudar a sua forma de existir no mundo, é necessário que este mundo as permita existir de tal forma reordenada, isto para com que se possa ser aquele em que deseja sem o medo ou perigo de na tentativa de se modificar, não acabar sendo excluído.

Dentro da psicologia no Brasil é possível perceber de forma clara a tendência progressista em que se inclina os deveres da profissão, um exemplo seria a resolução CFP 01/99 em que se cria um compromisso com a luta LGBTQIA+, em um momento que houve mobilizações para diversas lutas como o racismo ou a luta feminista (CRP, 2024).

O caderno de deliberações do VIII CNP, deixa claro no eixo II sobre o papel da psicologia sobre temas relacionados a direitos

“2.3 - Criança e adolescente - Que o Sistema Conselhos deve promover a discussão das questões éticas, técnicas e políticas com relação à intervenção da (o) psicóloga (o) na população em situação de rua com ênfase em crianças e adolescentes.

2.4 - Direito da mulher - Dialogar com profissionais da Psicologia sobre o aborto e acompanhar e participar do debate sobre a situação legal e penal do aborto. Ampliar o debate sobre gênero entre a categoria e os serviços que atendem mulheres em situação de violência doméstica e familiar e os autores da violência. Potencializar o Seminário de Psicologia e Direitos Humanos, nos aspectos de divulgação, contatos com IES e Movimentos Sociais de Direitos Humanos, fomentando o debate sobre direitos sexuais reprodutivos da mulher.

2.5 - Direitos Humanos - Promover a divulgação à categoria das (os) psicólogas (os) da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de modo a avançar na garantia de prestação de serviços a essa população. Promover e garantir a participação do Sistema Conselhos em ações





contrárias às violações de Direitos Humanos (extermínio de jovens negros, extermínio de povos indígenas, homofobia, tráfico humano, entre outros), orientando as (os) profissionais de Psicologia perante esta realidade. Incentivar e ampliar discussões que postulem a concepção em Direitos Humanos e suas garantias, na formação e atuação do profissional, por meio de instrumentos como veículos midiáticos, audiências públicas, entidades formadoras e demais conselhos de classe. Assegurar às pessoas transexuais, travestis e transgêneras o direito à escolha de tratamento nominal a ser inserido no campo “nome” da carteira de identidade profissional da (o) psicóloga(o), por meio da indicação do nome social, alterando assim a Resolução CFP nº 14/11, Art. 1º tão logo haja respaldo legal.

2.6 - Direitos Humanos: processo transexualizador - Promover diálogos entre diferentes categorias profissionais, em articulação com os movimentos LGBT, com a intenção de verificar demandas crescentes pertinentes à prática psicológica, destacando a discussão do processo transexualizador.

2.7 – Divulgação - Manter publicações dos informativos do CFP e CRPs e realizar eventos periódicos sobre temas de grande relevância para a categoria e de interesse social, tais como: povos indígenas, questões etnoraciais, quilombolas, internação compulsória, LBTT, violência de gênero e pessoas que vivem com HIV/Aids e com hepatites virais. Promover campanhas contra a banalização da Psicologia, para esclarecer as (os) psicólogas (os) e a sociedade sobre a responsabilidade desta (e) profissional, no que tange à fundamentação de suas práticas, respeitando os parâmetros éticos da profissão. Publicizar materiais de apoio na sociedade, entre gestores e categoria sobre as áreas de atuação das (os) psicólogas (os) nas políticas públicas.” (CFP, 2013)

Através deste caderno de liberações pode se compreender as obrigações do psicólogo como agente transformador. A necessidade de falar sobre temas políticos como os direitos por exemplo, se vem da conscientização da história, do presente e da saúde.

A atuação do psicólogo além de ser em relação a saúde, também se dá de forma social, por conta disto, é necessário um cuidado para que o serviço prestado não seja algo excludente e nem represente alguma forma de preconceito ou discriminação com nenhuma classe social.

Vale ressaltar que esta necessidade em relação aos deveres políticos vai para além do trabalho do psicólogo, não se tratando de uma problemática que ocasionalmente irá ser trabalhada com alguns pacientes, mas, uma problemática em que a sociedade irá se estruturar em volta. O serviço do psicólogo em relação a política se dá através de um trabalho não focado em sujeitos únicos, mas sim em um sujeito conjunto, na qual é a sociedade em que o trabalho for feito.

Segundo Prado (2001) na sociedade o “real” é um jogo complexo de disputas por formas de significação, esta significação é algo criado por diferentes lugares de poder, ou seja, diferentes posições criam diferentes formas do que é o real. Ainda citando o autor, as ações coletivas não emergem apenas da exclusão social de grupos, mas também pela intenção de criar realidades múltiplas, capazes de gerar novos movimentos de institucionalização.

Por conta disso é preciso entender que ao olhar uma pauta política, não se deve ter em mente a realidade do “eu” pessoa e nem do “eu” psicólogo, pois essas realidades,



enviesadas de crenças e valores, não possuem qualidade em relação ao sujeito que possui a necessidade dos direitos defendidos. O principal aspecto a se questionar ao presencial uma pauta que traz a dor de uma classe é que não é necessário sentir para se validar, afinal, um membro não sente como o grupo em sua total complexidade, e da mesma forma, membros de fora do grupo não contemplam a particularidade de povos da qual não faz parte, o que se deve é tentar compreender e empatizar.

### **3. CONCLUSÃO**

Embora já exista mudanças em relação as minorias para uma manutenção social, como por exemplo a lei de cotas, ou a retirada da homossexualidade do CID 10 pela OMS, ainda há muito pelo que se lutar para que realmente se possa criar uma sociedade igualitária.

Questões políticas são importantes para todos, mas em particular o profissional da saúde tem a necessidade de lutar por fazer parte de seu trabalho, a saúde não vem apenas de forma física ou mental, mas também de maneira social, sendo um dos fatores principais que afeta a vivência humana, principalmente ao perceber que conviver em sociedade significa conviver com o outro, e é necessário conviver com as diferenças.

É de extrema necessidade todas as pessoas lutarem por causas humanitárias na política, isto inclui o psicólogo, afinal, ao tratar uma pauta de humanização e direitos com neutralidade, também se trata diversos linchamentos, assassinatos e injustiças com neutralidade.

Apoiar as causas é ir contra a desumanização que muitos vivem em seu dia a dia, perceber as injustiças e reparar em situações rotineiras que não deveriam ser consideradas normais, e em particular ao psicólogo, escutar o paciente e se questionar se o problema em que ele está passando no momento, ainda aconteceria se ele fosse de outra cor, sexo, orientação social ou qualquer tipo de característica que o coloque em posição de vítima. Saber que as lutas políticas influenciam a saúde é saber que a psicologia é política.



#### 4. REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **VIII Congresso Nacional da Psicologia: caderno de deliberações**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2013.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. **CRP SP 50 anos**. São Paulo, SP: Conselho Regional de Psicologia, 2024.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MACHADO, Frederico Viana. **Subjetivação política e identidade: contribuições de Jacques Rancière para a psicologia política**. Revista Psicologia Política, v. 13, n. 27, p. 261-280, 2013.
- NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa**. 2. ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2023.
- PRADO, Marco Aurélio M. Psicologia política e ação coletiva. **Revista Psicologia Política**, v. 1, n. 1, p. 149-170, 2001.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.